



Goiânia, 23 de março de 2010.

## **Sucinta retrospectiva histórica do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos de Goiás (CEEDH-GO)**

Apesar da luta pela promoção e efetivação dos Direitos Humanos em nosso país ultrapassar décadas, a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), em julho de 2003, constitui um marco considerável em nossa trajetória.

O empenho do Governo do Presidente Lula para com os Direitos Humanos, foi demonstrado desde o início de seu governo, com a formação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, formado com representação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), do Ministério da Educação (MEC), de integrantes da sociedade civil organizada e especialistas em direitos humanos e em educação.

No período entre junho e novembro de 2005 a SEDH, com a colaboração do MEC e do CNEDH, realizou um processo de Consulta Nacional, por meio de Encontros Estaduais, com o propósito de atualizar e aperfeiçoar a primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).



Assim, com o propósito de adequar a proposta original aos desafios contemporâneos enfrentados na promoção dos direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás, somou esforços ao Governo Federal na perspectiva de consolidar uma nova cultura em direitos humanos, com a realização do “Encontro de Educação em Direitos Humanos do Estado de Goiás”.

Em conformidade à metodologia sugerida aos encontros estaduais, em 9 de junho de 2005, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás convocou reunião com representantes de diferentes segmentos da sociedade civil e do poder público, para a composição da Comissão Organizadora do Encontro Estadual.

Comissão Organizadora, esta constituída pelas Comissões de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás e da Câmara Municipal de Goiânia, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Conselho Regional de Psicologia, IBRACE/MNDH, Ministério Público Estadual, Secretarias Municipal e Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública e Justiça, Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás; desempenhou papel fundamental na preparação e realização do “Encontro de Educação em Direitos do Estado de Goiás”, realizado em 20 de agosto de 2005, no auditório do Tribunal do Júri da Universidade Católica de Goiás, com a participação de cerca de 200 pessoas.

Neste contexto, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás assumiu o papel de Secretaria Executiva do evento, tendo como responsabilidade agendar as reuniões da Comissão Organizadora, fazer o levantamento de orçamentos para refeição, mobilizar as diversas instituições e entidades para a participação no encontro, receber as inscrições, divulgar o encontro na mídia, distribuir exemplares do PNEDH e preparar todo material utilizado no encontro (pastas, programação, papel para anotações, canetas, crachás, listas de presença, certificados, etc.).

Em 2007, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, colaborou com a Comissão de Justiça e Paz dos Dominicanos, na obtenção de apoio financeiro junto a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da



República para realização do curso de cidadania e direitos, realizado no município de Goiânia.

Ao longo do ano de 2008 a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa se empenhou em divulgar e promover o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) no Estado de Goiás, adotando as diretrizes do PNEDH, desde então, como diretrizes norteadoras das diversas atividades desenvolvidas por esta Comissão, tanto no planejamento e na execução de nosso trabalho.

As plenárias preparatórias municipais, realizadas em quatro municípios goianos (Rio Verde, Valparaíso de Goiás, São Luís dos Montes Belos e Formosa) em preparação da 4ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, constituem exemplo disso, ao realizar em todas as ocasiões debates e contextualizações sobre o PNEDH.

Especificamente, em 12 de junho de 2008, com a participação do Coordenador Geral de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Erasto Fortes Mendonça, realizamos nesta Casa, atividade de divulgação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Na ocasião foram convidados integrantes da rede pública de educação e representantes de instituições do poder público e da sociedade civil ligados a temática, com o intuito de envolver todos em ações comprometidas com a implementação do PNEDH, havendo inclusive a distribuição de exemplares do PNEDH aos presentes.

Realizamos em 12 de novembro de 2008 palestra aos alunos universitários do município goiano de Goiatuba, tratando especificamente do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, seus objetivos, linhas gerais de ação e sua importância para a formação de uma nova cultura em Direitos Humanos.

Em setembro do mesmo ano, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa participou de reuniões com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, com o propósito de retomar proposta anteriormente apresentada em colaboração com o Programa de Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás.



No dia 31 de março de 2009, data que marca o Golpe Militar de 1964, a Comissão realizou Audiência Pública de lançamento do projeto: “Estruturação e Fortalecimento do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos – Goiás”, com a entrega de certificados aos alunos do curso de Direitos Humanos da Rede Brasil em parceria com PDH/UFG. Durante o evento o jornalista Pinheiro Salles relatou a experiência de seus nove anos de prisão e tortura em consequência da luta pela democracia no Brasil.

O projeto em tela, realizado em cinco municípios goianos, Anápolis, Goiânia, Formosa, Jataí e Valparaíso, entre os meses de abril e setembro de 2009, a capacitação de professores da rede pública de educação e integrantes de organizações não governamentais, com o propósito de torná-los propagadores dos Direitos Humanos em Goiás.

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos desde 2003, tendo em vista a experiência resultante de atender a diversas denúncias de violações sofridas por cidadãos goianos, percebo na promoção de uma nova cultura de paz a única solução permanente para a superação das condições atuais que vivenciamos.

Assim, o PNEDH torna-se instrumento adequado para evitar que as violações aos Direitos Humanos ocorram no Brasil, atuando de forma preventiva e antecipada, da mesma forma que a higiene bucal é uma forma de evitar cáries, a promoção do PNEDH serve como profilaxia às violações dos Direitos Humanos.

Sei que em nosso país, assim como em outros países da América Latina, nos deparamos com diversos valores e preconceitos que constituem uma dificuldade adicional aos projetos de educação em direitos humanos.

Dificuldades estas em grande parte resultante de formas de violência social e política oriundas do período vivenciado nas décadas de 1960 e 1970, constituindo experiência hostil e antagônica ao processo histórico europeu de florescimento e propagação dos Direitos Humanos.

O Estado de Goiás, marcado por expressiva desigualdade na distribuição da renda, o que constitui obstáculo à concretização dos Direitos Humanos, por se tratar de uma realidade social vulnerável.



A desigualdade e a exclusão social, resultante do processo de exploração imposto pelo modelo político-econômico neoliberal, comprometem a paz e criam barreiras intransponíveis à realização da justiça social.

A elevada concentração de riqueza e renda desestimula e desacredita boa parte da população a cerca da possibilidade de construirmos um novo futuro, sobretudo, quando somadas à ineficácia de nosso sistema jurídico em garantir condições democráticas de acesso à justiça.

Assim, em sintonia com os princípios constitucionais elegidos em nosso país, a educação em Direitos Humanos possui papel estratégico no fortalecimento do Estado Democrático de Direito e no estabelecimento de práticas cidadãs, por evidenciar as conseqüências nefastas da alta concentração de renda, com o propósito de desconstruir valores e preconceitos contrários à concretização da cidadania goiana.

### **Deputado Estadual Mauro Rubem**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa.  
Assembléia Legislativa de Goiás.